



VINCI COMPASS

Vinci Água e Saneamento Strategy

VIAS – Newsletter Mensal

Julho / 2025

Caro cotista,

Apresentamos a seguir a Newsletter mensal do VIAS, referente ao mês de julho de 2025. Neste mês, destacamos avanços significativos da Rio+Saneamento em infraestrutura e relacionamento com a população, como a conclusão de obras de abastecimento em Rio das Ostras, o fortalecimento do atendimento itinerante em diversos municípios e a ampliação da rede de esgoto em Vassouras e Costazul. Também ressaltamos o reconhecimento da empresa pela excelência na experiência do cliente e sua contribuição para a geração de empregos no município do Rio. Ao final, apresentamos o Informe Setorial, elaborado em parceria com a consultoria estratégica GO Associados, que traz um **Overview do Universaliza SP**.

Índice	
Informações do Fundo	2
Portfólio	4
Acompanhamento do Portfólio	6
Informe Setorial	8

Informações Gerais

Visão Geral do Fundo

Gestor

Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda.

Administrador e Escriturador

BTG Pactual Serviços Financeiros S.A.

Capital Comprometido

R\$ 380,1 milhões

Número de Investidas

1 ativo investido

Capital Alocado

R\$ 350,0 milhões

Capital Chamado

R\$ 291,6 milhões



“FIP-IE com características ambientais e sociais”

Parecer Independente sobre o Enquadramento do VIAS como “FIP-IE ASG” reemitido pela ERM¹ em agosto de 2024

Alinhamento com ODS



Alinhamento com categorias GBP/GLP

• Saneamento básico

Alocação de Recursos

- Os recursos obtidos pelo Fundo vêm sendo alocados em investimentos em uma única empresa, a Rio+ Saneamento (Concessão Bloco 3), que conta com ativos de saneamento básico (empresa concessionária de água e esgoto), localizados em 18 municípios do estado do Rio de Janeiro, além de 24 bairros da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.
- O montante alocado pelo VINCI Infraestrutura Água e Saneamento Strategy - Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (“VIAS FIP-IE”) entre setembro de 2021 e junho de 2024 é de R\$ 381.786.400,00, conforme o resumo da carteira de investimento referente à posição do dia 04/06/2024. O montante alocado na compra de participação acionária na Rio+ Saneamento corresponde a 97% do Patrimônio Líquido, que totaliza em R\$ 394.388.777,38.
- Os recursos temporariamente não alocados encontram-se em Operação Compromissada LTN Over, com valor total investido de R\$ 2.910.042,46, correspondendo a 0,76% do patrimônio líquido do fundo, conforme resumo da carteira referente à posição do dia 04/06/2024.
- Pelos ativos investidos e proporcionalidade dos investimentos, verificamos que o Fundo, que se enquadra na categoria de ‘Fundo com características ambientais e sociais’ conforme definido pelo artigo 8(1) da Sustainable Finance Disclosure Regulation (SFDR) da União Europeia, continua alinhado com essa definição, conforme informado no Second-Party Opinion elaborado pela ERM¹ em 2021.
- Em relação ao relato, as informações financeiras são reportadas através de relatórios trimestrais disponíveis apenas para consulta dos cotistas. Os indicadores financeiros relativos à alocação de recursos passam, necessariamente, por auditoria externa e os indicadores sociais e ambientais de acompanhamento dos projetos investidos foram reportados no relatório de sustentabilidade², publicado em 11/06/2024.

Impacto dos projetos

- O portfólio atual inclui um ativo de saneamento, setor com adicionalidade ambiental e social conforme categorias de projetos verdes e sociais definidos nos *Green Bond Principles*, *Sustainable Bond Guidelines* e a publicação ‘Não Perca Este Bond’.
- O empreendimento está em operação desde agosto de 2022. A estimativa da Rio+ Saneamento é de atender aproximadamente 2,6 milhões de cidadãos pelos 35 anos de concessão, que se iniciou em 08/2022.
- Em 2024 a companhia reportou em relatório interno nomeado “Relatório de Verificação Anual do VIAS” os seguintes indicadores: tratamento de 166.596 m³ de volume de água tratada *upstream*, 12.497 toneladas de resíduos tratados, sendo 10,8 toneladas destes referentes a resíduos perigosos. Além disso, a Rio+ Saneamento informou que o Índice de Qualidade da Água (IQA) registrado foi de 99,9%, considerado assim dentro da faixa ótima. No que tange o Índice de Qualidade de Operação de Estação de Tratamento de Esgoto (IQE), a Rio+ Saneamento atingiu, em março de 2024, o índice de 84,6%, que está dentro do enquadramento adequado segundo o INEA-RJ. Cabe pontuar que estes valores informados não vieram acompanhados de relatos de auditoria ou acreditação pública. Parte dos dados informados no relatório interno estão alinhados aos informados no Relatório de Sustentabilidade 2023 da Rio+ Saneamento, que foi devidamente auditado.
- Segundo o relatório de sustentabilidade da concessionária, estão contratadas hoje 1.474 pessoas diretamente e 566 terceirizadas. Em relação aos clientes, a companhia informa no relatório interno “Relatório de Verificação Anual do VIAS” (citado acima) que o índice de satisfação dos usuários (ISU) teve como último registro (março de 2024) 92%, acima da meta de 90% esperada para o Ano 5 de concessão.
- Não foram identificadas controvérsias ASG recentes relacionadas à Rio+ Saneamento.



¹ Consultoria líder em sustentabilidade e ESG, em 16 de Agosto/ 2024.

Estratégia

O Vinci Água e Saneamento Strategy FIP-IE é um fundo de investimento em participações em infraestrutura gerido pela Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda. ("Vinci"). Sua estratégia tem como base a construção de um portfólio composto por ativos de Infraestrutura do Setor de Água, Esgoto e Tratamento de resíduos que apresentem as seguintes características

- Concessões, Autorizações ou Parcerias Público Privadas ("PPPs")
- Efetiva ingerência nas Investidas
- Aderência com a Política ASG do Fundo

O que buscamos?

Pipeline Diversificado

- Originação proprietária e negociações bilaterais
- Licitações com competição bem mapeada

Contratos Sólidos e Crescimento Operacional

- Matriz de risco e obrigações adequadas
- Modelos provados, com potencial de crescimento e melhoria operacional

Parcerias Estratégicas

- Associação com operadores e/ou *Players* estratégicos do setor
- Parcerias com alinhamento estratégico e de liquidez no futuro

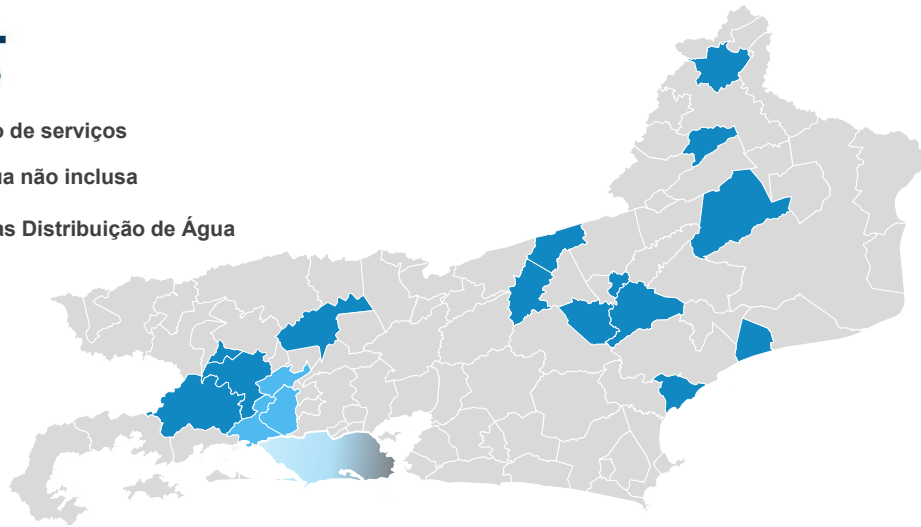
ASG

- Operação, companhias e stakeholders alinhados à estratégia e aos procedimentos e normas ASG do Fundo

1º Investimento VIAS



- Escopo completo de serviços
- Produção de Água não inclusa
- AP-5 Rio – Apenas Distribuição de Água



Rio +: 18 municípios | 2,6 milhões de habitantes

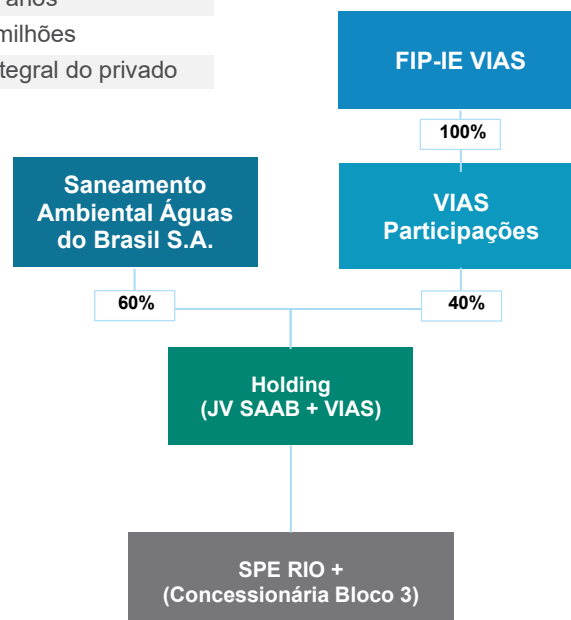
- . Bom Jardim
- . Carapebus
- . Carmo
- . Itaguaí
- . Macuco
- . Natividade
- . Paracambi
- . Pinheiral
- . Piraí
- . Rio Claro
- . Rio das Ostras
- . Rio de Janeiro (AP-5)
- . São Fidélis
- . São José de Ubá
- . Seropédica
- . Sumidouro
- . Trajano de Moraes
- . Vassouras

Rio + Saneamento

Overview	Principais Números
Outorga Vencedora Água	R\$ 2,2 bilhões 90%
Prazo da Concessão	35 anos
População Atendida	2,6 milhões
Gestão Comercial	Sob gestão integral do privado

Estrutura Acionária

Nota: Participação relevante na Investida que garante efetiva influência na gestão da cia, incluindo indicação de membros do conselho de Adm. e do time de gestão da empresa.



Acompanhamento da Companhia – Rio + Saneamento



Cobertura
da Rede

6,7 mil km

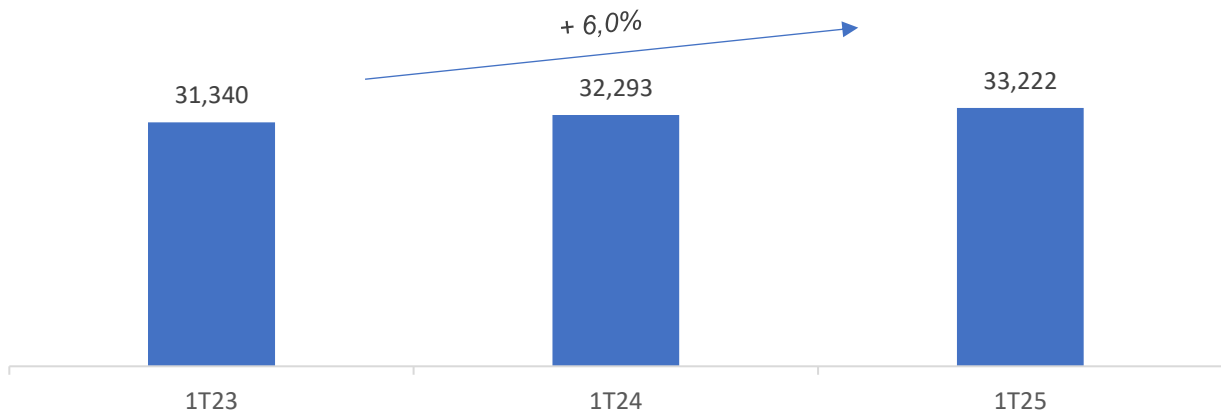
Rede de Água

412 km

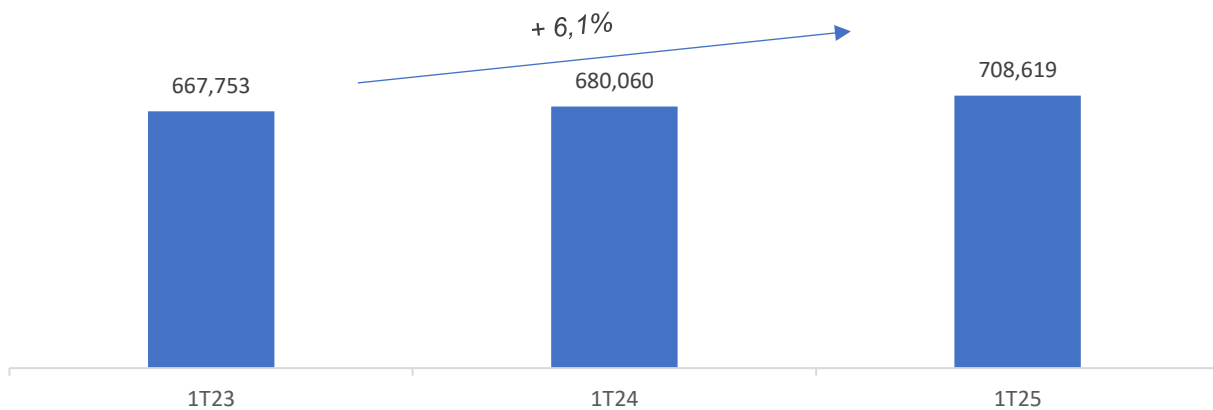
Rede de Esgoto



Volume Faturado (mil m³) Água



Economias Faturadas Água





Destaques:

Ampliação da infraestrutura em Rio das Ostras: Conclusão da obra de nova subadutora no bairro Cidade Praiana, beneficiando também os bairros Cidade Beira Mar e Jardim Miramar. O investimento de cerca de R\$ 500 mil integra o Projeto Água para Todos e já garante fornecimento mais regular para mais de 11 mil moradores.

Atendimento itinerante em diversos municípios: O programa *Rio+Perto de Você* esteve presente em Pirai e Pinheiral e já tem agenda confirmada para agosto em Rio das Ostras. As ações aproximam a concessionária da comunidade, oferecendo serviços como renegociação de débitos, atualização cadastral, solicitação de ligação ou religação de água e inscrição na Tarifa Social. Além de resolver pendências, essas visitas levam informação, esclarecem dúvidas e fortalecem a relação de confiança com a população.

Expansão da rede de esgoto: Em Vassouras, seguem as obras para implantação de 10 km de redes coletoras, que ampliarão significativamente a cobertura do serviço e a qualidade ambiental local. Já em Costazul, um investimento de R\$ 1,4 milhão permitirá a instalação de quase 1.600 metros de nova rede, ajudando a preservar rios e praias e proporcionando mais qualidade de vida aos moradores.

Reconhecimento e geração de oportunidades: A Rio+Saneamento foi certificada no *Experience Awards*, pelo segundo ano consecutivo, como referência em experiência do cliente, fruto do atendimento humanizado e da busca constante por soluções rápidas e eficientes. Reforçando também seu compromisso social, a empresa abriu 198 vagas de emprego no município do Rio, abrangendo diferentes níveis de escolaridade e com vagas afirmativas para pessoas com deficiência (PcD), ampliando o acesso ao mercado de trabalho e contribuindo para o desenvolvimento econômico local.



SUMÁRIO

1. PROGRAMA UNIVERSALIZA SP	9
1.1. Introdução e histórico do programa	9
1.2. Estrutura, abrangência e municípios incorporados	9
2. ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA	10
2.1. Modelagem de financiamento	10
2.2. Potencial uso de Project Finance	11
2.3. Papel do Estado como garantidor	12
3. ASPECTOS TÉCNICOS E OPERACIONAIS DO PROGRAMA	13
4. OPORTUNIDADES CRIADAS PELO UNIVERSALIZA SP	17
5. REFERÊNCIAS E DOCUMENTOS	19

1. Programa Universaliza SP

1.1. Introdução e histórico do programa

O acesso universal ao saneamento básico é uma das metas centrais do novo Marco Legal do Saneamento (Lei nº 14.026/20), que impõe a todos os entes federativos o desafio de garantir, até 2033, que 99% da população tenha acesso à água potável e 90% a serviços de coleta e tratamento de esgoto. Diante desse contexto, o Governo do Estado de São Paulo instituiu o Programa Universaliza SP como uma resposta concreta à necessidade de regionalizar os serviços e assegurar viabilidade técnica, econômica e financeira à universalização, especialmente nos municípios com baixa atratividade para operadores privados.

O Universaliza SP foi lançado em 2021, coordenado pela SEMIL, com apoio da ARSESP, BNDES e de instituições multilaterais como a Corporação Financeira Internacional (IFC). A iniciativa integra o plano estadual de estruturação de blocos regionais de saneamento, conforme prevê a Lei nº 14.026/20, com o objetivo de formar concessões regionalizadas e atrair investimentos privados por meio de leilões públicos.

Segundo dados da SEMIL (2023), cerca de 370 municípios paulistas ainda não possuem contrato vigente com a SABESP ou operam seus serviços de forma independente, com modelos precários ou deficitários. Esses municípios são os principais alvos do programa, que prevê a inclusão gradual em estruturas consorciadas para que possam atingir os indicadores exigidos pelo marco legal federal.

1.2. Estrutura, abrangência e municípios incorporados

O Universaliza SP contempla a associação dos municípios interessados em fazer parte, que hoje conta com 218 municípios associados. Desta forma, o Governo de São Paulo vai apoiar tecnicamente os municípios que optaram pela entrada no Programa a operar diretamente os serviços de saneamento básico, seja por meio de autarquias ou serviços municipais, dando suporte em modelagens robustas, a fim de estimular a antecipação das metas de universalização, da regionalização da prestação dos serviços, do incentivo à modicidade tarifária e do atendimento às áreas rurais e núcleos urbanos informais.

A Lei Estadual nº 17.383/21, regulamentada pelo Decreto nº 66.289/21 (alterado pelo Decreto nº 67.880/23), instituiu quatro Unidades Regionais de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário (URAEs) no Estado de São Paulo. Cada URAE é associado a um bloco de ação, conforme instituído pelo Decreto Estadual nº 65.959/21. Esses blocos incluem municípios do interior paulista, áreas metropolitanas fora da RMSP, e parte da Baixada Santista e Vale do Ribeira, regiões historicamente menos integradas aos grandes contratos operacionais da SABESP.

Entre os municípios que integram os estudos e fases preliminares de adesão estão: Presidente Prudente, Bauru, Itapetininga, Registro, Marília, Araraquara, Ourinhos e Catanduva, além de diversos

consórcios intermunicipais pré-existentes que passarão a ser vinculados aos blocos regionais. Estima-se que, no total, o programa poderá beneficiar cerca de 10 milhões de habitantes atualmente sem atendimento adequado em serviços de fornecimento de água ou em coleta e tratamento de esgoto.

2. Análise econômico-financeira

2.1. Modelagem de financiamento

A modelagem de financiamento do Programa Universaliza SP baseia-se na conjugação entre recursos públicos estaduais, receitas tarifárias e investimentos privados viabilizados por meio de concessões plenas. Essa estrutura visa garantir a sustentabilidade econômica de contratos regionalizados de prestação de serviços de saneamento básico, sobretudo em regiões de baixa atratividade econômico-financeira.

O Estado de São Paulo comprometeu-se a realizar aportes financeiros anuais estimados em cerca de R\$ 630 milhões por meio do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura (FMSAI). Esse fundo tem como finalidade subsidiar os contratos de prestação de serviço onde a receita tarifária não for suficiente para a sustentabilidade econômico-financeira da concessão. O desenho contratual adotado permite a aplicação de subsídios cruzados entre municípios e regiões com diferentes perfis de demanda, infraestrutura pré-existente e capacidade de pagamento, equalizando economicamente blocos regionais com diferentes condições de arcar com o ônus financeiro dos investimentos.

A modelagem adotada se inspira em experiências internacionais de regionalização associadas a contratos de concessão com repasses públicos condicionados a metas de desempenho. A principal vantagem dessa arquitetura é a viabilização de projetos em municípios menores, que isoladamente não atrairiam operadores privados, mas que, com os aportes iniciais do Estado de São Paulo e a possibilidade de unificação de áreas de investimento, podem alcançar os serviços necessários para o cumprimento do objetivo do programa. Isso permite a universalização dos serviços sem a imposição de tarifas excessivamente elevadas à população. No entanto, há uma clara desvantagem quanto à dependência de repasses do Estado, o que exige disciplina fiscal e previsibilidade orçamentária para assegurar o fluxo financeiro pactuado ao longo de até trinta anos de contrato.

O desenho institucional da modelagem inclui também a regulação por meio da ARSESP, responsável por monitorar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e garantir a transparência dos repasses e metas contratuais. O modelo prevê, ainda, o uso de cláusulas de revisões tarifárias periódicas e mecanismos de compensação, o que confere flexibilidade e previsibilidade ao contrato.

2.2. Potencial uso de Project Finance

O financiamento da infraestrutura exigida pelo Programa Universaliza SP utilizará, de forma complementar, a estruturação por meio de Project Finance. Essa modalidade de financiamento permite que os recursos captados para investimento sejam garantidos pelos próprios fluxos de caixa do projeto, e não pelo balanço patrimonial dos acionistas ou entes públicos envolvidos (BNDES, 2022; PINHEIRO; CAVALCANTI, 2020).

No âmbito do Universaliza SP, a modelagem pressupõe a criação de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) para cada bloco regional, as quais serão responsáveis pela captação de crédito junto a instituições financeiras, emissão de debêntures incentivadas e execução dos investimentos necessários. A participação do BNDES é central nesse processo. Além de atuar como coordenador da estruturação das concessões, o BNDES poderá aportar capital via financiamento direto às SPEs, funcionando como catalisador para o envolvimento de instituições multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o CAF.

O uso de Project Finance no setor de saneamento no Brasil é recente, mas vem ganhando tração desde a aprovação do novo marco legal do saneamento, por meio da Lei Federal nº 14.026/20, que alterou a Lei nº 11.445/07 (BRASIL, 2020). Essa modalidade é particularmente adequada para projetos de infraestrutura de longo prazo, pois permite alocar os riscos de forma mais precisa entre os agentes envolvidos (WORLD BANK, 2017). A estrutura contratual do Universaliza SP contempla garantias típicas desse modelo, como cláusulas de step-in para financiadores, contas vinculadas para amortização de dívida e fundos de reserva (FERREIRA; TEIXEIRA, 2023).

Os custos financeiros associados ao Project Finance incluem taxas de estruturação, despesas com auditorias, seguros e garantias exigidas pelas instituições financiadoras. No caso específico do Universaliza SP, o custo de capital poderá ser reduzido mediante a emissão de debêntures incentivadas nos termos da Lei nº 12.431/11, que concede isenção de Imposto de Renda a investidores (BRASIL, 2011). Apesar disso, os encargos podem representar de 8% a 10% do valor total investido nos primeiros anos, o que reforça a necessidade de equilíbrio entre tarifas, subsídios e eficiência operacional (PINHEIRO; CAVALCANTI, 2020).

A principal vantagem do uso de Project Finance neste contexto reside na possibilidade de escalonamento dos investimentos em sintonia com o cronograma físico-financeiro das obras, evitando alocação ineficiente de capital (FERREIRA; TEIXEIRA, 2023). Além disso, esse modelo aumenta a segurança jurídica e a transparência para os financiadores, na medida em que atrela a amortização da dívida diretamente ao desempenho operacional e financeiro da concessão (BNDES, 2022).

2.3. Papel do Estado como garantidor

Um dos pontos mostrados pelo projeto é a possibilidade de o Estado de São Paulo atuar como garantidor dos projetos do Programa Universaliza SP. Como o Estado de São Paulo se compromete com parte do financiamento do projeto para os municípios que escolheram entrar no Programa, o próprio governo do Estado poderá ser garantidor dessa parte do projeto. No Estado de São Paulo o uso de garantias já é amplamente bem sucedido, por exemplo, por meio da Companhia Paulista de Parcerias (CPP), entidade pública vinculada à Secretaria de Parcerias em Investimentos. A CPP tem a função de viabilizar a estruturação de projetos de parcerias público-privadas (PPPs), prover garantias institucionais e gerir os instrumentos necessários à cobertura de riscos contratuais. Essa função garantidora é fundamental para atrair operadores e financiadores ao projeto, sobretudo diante da elevada capilaridade territorial e das disparidades socioeconômicas entre os municípios.

A atuação da CPP como garantidora tem como base legal na Lei Estadual nº 11.688/04 e os decretos que regulamentam as Parcerias Público-Privadas no Estado. O modelo prevê a alocação de ativos estaduais, como imóveis, participações acionárias (como ações da Sabesp) ou fundos de reserva, para compor os instrumentos de garantia exigidos nos contratos de concessão. A CPP já atuou como garantidora em importantes projetos no Estado, como a Linha 6-Laranja do Metrô de São Paulo, os hospitais estaduais do Programa de PPPs de Saúde e diversos trechos rodoviários sob regime de concessão.

No contexto do Universaliza SP, a garantia oferecida pelo Estado seria essencial para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pelos entes públicos municipais, notadamente os repasses financeiros via FMSAI. A confiança no adimplemento das obrigações pelo Estado reduz o risco percebido pelos financiadores e permite a obtenção de condições mais favoráveis de crédito, além de aumentar o apetite de investidores institucionais.

A existência de uma estrutura institucional como a CPP também permite maior celeridade na execução das garantias, evitando a judicialização ou a espera por precatórios, e confere segurança adicional ao contrato, o que é decisivo para projetos com alta dependência de fluxo de caixa futuro. Nesse sentido, a garantia estadual se apresenta não apenas como um instrumento de mitigação de risco, mas também como uma alavanca de desenvolvimento regional, na medida em que permite a inclusão de municípios com menor capacidade contributiva em um modelo robusto e viável.

A utilização de garantias do Estado para projetos do Programa Universaliza SP, especialmente via CPP, poderia ser compreendida como política pública estratégica. Trata-se de um mecanismo que confere previsibilidade e estabilidade à execução de obras de infraestrutura essenciais, assegurando a prestação

continuada e a universalização dos serviços de saneamento até 2033, conforme as metas nacionais estabelecidas pela Lei nº 14.026/20.

3. Aspectos técnicos e operacionais do Programa

A efetivação do Programa Universaliza SP exige uma complexa e integrada estrutura operacional, voltada à ampliação do acesso aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, conforme as diretrizes estabelecidas pelo novo Marco Legal do Saneamento Básico (Lei nº 14.026/20). Do ponto de vista técnico, a implantação envolve desde a consolidação da regionalização dos serviços, passando pela modelagem dos contratos de concessão, até a gestão da operação por meio de sistemas de controle, monitoramento e regulação adequados à diversidade dos municípios paulistas (BNDES, 2024; SABESP, 2023).

O programa foi estruturado em quatro URSs, conforme estabelecido pelo Decreto Estadual nº 65.959/21. Essas URSs abrangem 274 municípios agrupados de forma a viabilizar ganhos de escala, equilíbrio econômico-financeiro e planejamento integrado das ações operacionais (SÃO PAULO, 2021). Cada URS contará com uma SPE concessionária específica, que assumirá a responsabilidade pelos investimentos, operação, manutenção e expansão dos serviços. Até o momento, 218 municípios aderiram ao programa Universaliza SP.

Quadro 1 – Municípios que aderiram ao Universaliza SP

#	Município	#	Município	#	Município	#	Município
1	Águas de Lindóia	56	Cruzeiro	111	Louveira	166	Rinópolis
2	Altinópolis	57	Cunha	112	Macaubal	167	Rio das Pedras
3	Álvares Florence	58	Descalvado	113	Mairinque	168	Sabino
4	Americana	59	Dobrada	114	Manduri	169	Sales
5	Américo Brasileiro	60	Dois Córregos	115	Martinópolis	170	Sales Oliveira
6	Américo de Campos	61	Dracena	116	Matão	171	Salto
7	Amparo	62	Dumont	117	Mendonça	172	Salto Grande
8	Analândia	63	Embaúba	118	Mineiros do Tietê	173	Santa Adélia
9	Andradina	64	Engenheiro Coelho	119	Mirandópolis	174	Santa Bárbara D'Oeste
10	Aparecida	65	Estiva Gerbi	120	Mirassolândia	175	Santa Cruz da Conceição
11	Araçatuba	66	Garça	121	Mogi das Cruzes	176	Santa Cruz das Palmeiras
12	Araçoiaba da Serra	67	Gavião Peixoto	122	Mogi Mirim	177	Santa Fé do Sul

#	Município	#	Município	#	Município	#	Município
13	Aramina	68	Getulina	123	Monte Alegre do Sul	178	Santa Lúcia
14	Araraquara	69	Guaiçara	124	Monte Azul Paulista	179	Santa Rita do Passa Quatro
15	Araras	70	Guaimbê	125	Monte Castelo	180	Santo Antônio da Alegria
16	Areias	71	Guaíra	126	Motuca	181	Santo Antônio de Posse
17	Atibaia	72	Guapiaçu	127	Murutinga do Sul	182	Santo Antônio do Aracanguá
18	Bady Bassitt	73	Guarantã	128	Natividade da Serra	183	São Caetano do Sul
19	Bálsamo	74	Guararapes	129	Nova Aliança	184	São Carlos
20	Barbosa	75	Guaratinguetá	130	Nova Castilho	183	São Caetano do
21	Bariri	76	Guataporá	131	Nova Europa	185	São João de Iracema
22	Barra Bonita	77	Herculândia	132	Nova Independência	186	São João do Pau D'Alho
23	Barretos	78	Holambra	133	Nova Odessa	187	São Joaquim da Barra
24	Barrinha	79	Iacanga	134	Novais	188	São José da Bela Vista
25	Bauru	80	Ibaté	135	Nuporanga	189	São José do Barreiro
26	Bebedouro	81	Ibirarema	136	Orlândia	190	São José do Rio Preto
27	Bilac	82	Ibitinga	137	Ourinhos	191	São Pedro
28	Birigui	83	Iepê	138	Ouro Verde	192	São Sebastião da Gramma
29	Bom Jesus dos Perdões	84	Igaraçu do Tietê	139	Pacaembu	193	São Simão
30	Borborema	85	Ilha Solteira	140	Palestina	194	Sertãozinho
31	Borebi	86	Indaiatuba	141	Palmital	195	Severínia
32	Brodowski	87	Indiana	142	Panorama	196	Sorocaba
33	Brotas	88	Ipaussu	143	Paraibuna	197	Suzanópolis
34	Buritama	89	Ipeúna	144	Paraíso	198	Tabapuã
35	Caconde	90	Ipuã	145	Patrocínio Paulista	199	Tabatinga
36	Cafelândia	91	Iracemápolis	146	Paulicéia	200	Taiaçu
37	Caiuá	92	Irapuru	147	Pedreira	201	Taiúva
38	Campinas	93	Itapuí	148	Pereira Barreto	202	Tambaú
39	Canitar	94	Itapura	149	Pindorama	203	Tanabi
40	Capivari	95	Itirapina	150	Piquete	204	Taquaral
41	Casa Branca	96	Itu	151	Piracicaba	205	Taquaritinga

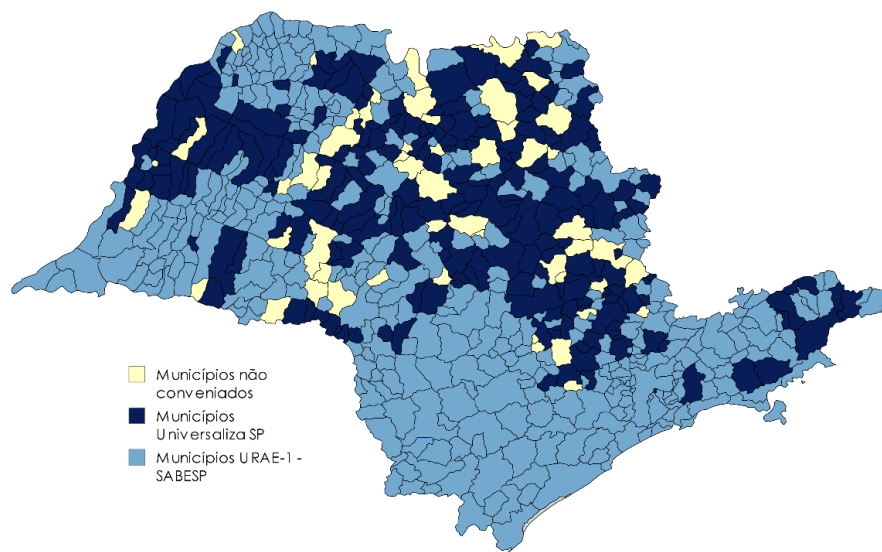
#	Município	#	Município	#	Município	#	Município
42	Castilho	97	Ituverava	152	Pirajuí	206	Tietê
43	Catanduva	98	Jacareí	153	Pirangi	207	Tupi Paulista
44	Cedral	99	Jaci	154	Pitangueiras	208	Ubarana
45	Cerqueira César	100	Jaguariúna	155	Pompéia	209	Uchoa
46	Chavantes	101	Jardinópolis	156	Porto Ferreira	210	Urupês
47	Clementina	102	Jaú	157	Potim	211	Valinhos
48	Colina	103	João Ramalho	158	Potirendaba	212	Valparaíso
49	Conchal	104	Júlio Mesquita	159	Pradópolis	213	Vargem Grande do Sul
50	Cordeirópolis	105	Jundiaí	160	Promissão	214	Vera Cruz
51	Corumbataí	106	Junqueirópolis	161	Rafard	215	Vinhedo
52	Cosmópolis	107	Lavínia	162	Rancharia	216	Viradouro
53	Cosmorama	108	Lençóis Paulista	163	Reginópolis	217	Vista Alegre do Alto
54	Cravinhos	109	Limeira	164	Ribeirão Bonito	218	Votuporanga
55	Cristais Paulista	110	Lindóia	165	Rincão		

Fonte: Universaliza SP¹, compilado por GO Associados

¹ Disponível em:

[//efaidnbmnnnibpcjpcglclefindmkaj/https://smastr16.blob.core.windows.net/home/25/05/Universaliza-SP.pdf](https://efaidnbmnnnibpcjpcglclefindmkaj/https://smastr16.blob.core.windows.net/home/25/05/Universaliza-SP.pdf),
acesso 25/07/25.

Quadro 2 - Municípios Universaliza SP x URAE-1 SABESP



Elaboração: GO Associados

Do ponto de vista da infraestrutura, os investimentos previstos concentram-se em obras de ampliação e interligação de sistemas de abastecimento, implantação de estações de tratamento de esgoto (ETEs), adutoras, redes coletoras, estações elevatórias, e expansão de redes de distribuição de água. A execução será pautada por um cronograma de metas progressivas até 2033, com a universalização dos serviços definida como atendimento de 99% da população com água potável e 90% com coleta e tratamento de esgoto (BNDES, 2024; SEMIL, 2023).

O desafio técnico central reside na heterogeneidade dos municípios envolvidos. Muitos deles apresentam baixa densidade populacional, renda per capita reduzida e déficits históricos de cobertura, especialmente em áreas rurais ou periféricas. A estratégia adotada pelo programa foi integrar municípios menos rentáveis a blocos com localidades mais robustas economicamente, a fim de viabilizar a concessão regionalizada. Este mecanismo de compensação técnica e financeira é inspirado no princípio da solidariedade entre entes consorciados, previsto na Lei nº 11.107/05 sobre consórcios públicos (BRASIL, 2005).

Outro ponto técnico relevante é a adoção de tecnologias de gestão operacional avançada, como sensores de pressão, macro e micromedição, supervisão remota de sistemas e uso de inteligência artificial para detecção de perdas. Segundo dados da SABESP (2023), a adoção de sistemas de telemetria e

controle automatizado nas regiões metropolitanas já proporcionou redução de até 18% nas perdas reais de água, demonstrando o potencial de replicabilidade para os novos blocos de concessão.

Além da operação técnica, o controle de qualidade dos serviços será atribuído à ARSESP, que terá papel de fiscalizar o cumprimento das metas contratuais, assegurar a modicidade tarifária e garantir a transparência dos processos (ARSESP, 2023). A ARSESP, instituída pela Lei Complementar nº 1.025/07, deve ampliar sua estrutura institucional para supervisionar os novos contratos e regiões.

O planejamento operacional também inclui mecanismos de contingência para crises hídricas, com a previsão de reservas técnicas, interligações emergenciais e investimentos em reuso de água em regiões críticas, como o Alto Tietê e a Bacia do Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ). De acordo com a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL, 2023), o reuso planejado e a gestão integrada de recursos hídricos serão pilares da resiliência do sistema.

Ademais, o programa incorpora diretrizes de sustentabilidade ambiental e inclusão social. Isso inclui ações específicas em comunidades vulneráveis, áreas de interesse social e assentamentos irregulares, com investimentos em tecnologias simplificadas, como fossas sépticas biodigestoras e soluções descentralizadas de tratamento (FUNASA, 2021).

Por fim, é importante destacar que os contratos preveem revisões periódicas e um sistema robusto de indicadores de desempenho (KPIs), que monitorarão indicadores como continuidade do abastecimento, índice de perdas, cobertura de esgoto tratado, qualidade da água, entre outros (BNDES, 2024). Esses indicadores servirão como base para a remuneração variável das concessionárias, promovendo ganhos de eficiência e prestação de serviços de qualidade à população.

4. Oportunidades criadas pelo Universaliza SP

O Programa Universaliza SP, ao reestruturar a prestação dos serviços de saneamento básico no Estado de São Paulo, não apenas responde às exigências do novo marco legal (Lei nº 14.026/20), como também cria um conjunto expressivo de oportunidades econômicas, sociais, ambientais e institucionais. A consolidação da regionalização, a adoção de concessões por blocos regionais e a modelagem de longo prazo permitem ampliar os benefícios de forma distribuída entre municípios de diferentes portes, inclusive áreas rurais e periferias urbanas (BNDES, 2024).

No campo econômico, a principal oportunidade advém da mobilização de investimentos diretos superiores a R\$ 66 bilhões ao longo dos contratos, com impacto positivo sobre a cadeia produtiva da construção civil, indústria de equipamentos e serviços técnicos especializados (SÃO PAULO, 2024). A geração de empregos é estimada em aproximadamente 150 mil postos de trabalho ao longo da execução dos projetos, considerando tanto a fase de implantação das obras quanto a operação contínua dos

sistemas (ABCON, 2023). Esse dinamismo econômico tende a beneficiar principalmente regiões interioranas com menores taxas de formalização e alta vulnerabilidade socioeconômica.

Do ponto de vista social, o programa se alinha à agenda de direitos humanos e saúde pública, promovendo a redução das desigualdades de acesso ao saneamento. Estudos demonstram que cada R\$ 1 investido em saneamento gera até R\$ 4 em economia com custos de saúde, aumento de produtividade e valorização imobiliária (IBGE, 2021; OMS, 2019). A universalização até 2033 pode contribuir para a redução de doenças de veiculação hídrica, aumento da frequência escolar de crianças e redução da mortalidade infantil, particularmente em favelas e comunidades periféricas (FUNASA, 2022).

No campo ambiental, o Universaliza SP cria oportunidades de recuperação de corpos hídricos, principalmente em bacias críticas como a do Alto Tietê, Ribeira de Iguape, Sorocaba-Médio Tietê e Piracicaba-Capivari-Jundiá (PCJ), onde os investimentos em coleta e tratamento de esgoto podem reverter quadros históricos de poluição (CETESB, 2023). O aumento da cobertura de esgoto tratado também fortalece a resiliência climática das cidades, ao mitigar contaminações e ampliar a segurança hídrica regional.

O programa também impulsiona a inovação tecnológica, com a disseminação de tecnologias de monitoramento remoto, micromedição e uso de inteligência artificial na gestão dos sistemas (SABESP, 2023). Essas soluções, antes concentradas nas regiões metropolitanas, passam a ser incorporadas em municípios de médio e pequeno porte, criando um ambiente propício para startups, centros de pesquisa e empresas de tecnologia da informação.

Adicionalmente, o Universaliza SP promove oportunidades institucionais por meio da consolidação de uma nova governança regional. A formação de blocos regionais permite superar as limitações de escala e coordenação enfrentadas por municípios isoladamente, sobretudo os pequenos. Essa nova estrutura fortalece a capacidade de planejamento, contratualização e fiscalização dos serviços, permitindo uma atuação mais eficiente da ARSESP e dos consórcios intermunicipais (SÃO PAULO, 2023).

Assim, as oportunidades criadas pelo Universaliza SP transcendem a universalização do serviço em si, podendo configurar-se como uma plataforma de desenvolvimento territorial, inovação, inclusão social e sustentabilidade de longo prazo.

5. Referências e Documentos

ABCON – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS CONCESSIONÁRIAS PRIVADAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO. Panorama da Participação Privada no Saneamento Brasil 2023. São Paulo: ABCON, 2023. Disponível em: <https://www.abconsindcon.com.br/>. Acesso em: 28 jul. 2025.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). Project Finance: principais conceitos e estrutura jurídica. Rio de Janeiro: BNDES, 2022. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/project-finance/>. Acesso em: 28 jul. 2025.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). Universaliza SP – Projeto de Concessão Regionalizada de Serviços de Saneamento no Estado de São Paulo. Apresentação Institucional, 2024. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consultas-publicas/universaliza-sp>. Acesso em: 28 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 jan. 2007.

BRASIL. Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. Dispõe sobre os incentivos fiscais aplicáveis às debêntures de infraestrutura. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 27 jun. 2011.

BRASIL. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 2020.

CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Relatório de Qualidade das Águas Interiores do Estado de São Paulo – 2023. São Paulo: CETESB, 2023. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/agua/>. Acesso em: 28 jul. 2025.

FERREIRA, Ruy; TEIXEIRA, Pedro. Financiamento de Infraestrutura por Project Finance no Brasil: evolução e desafios. Revista Brasileira de Infraestrutura, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 23–45, 2023. DOI: <https://doi.org/10.29379/rbi.v8i1.293>.

FUNASA – FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. Saneamento e Saúde: impacto do acesso universal. Brasília, DF: FUNASA, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/funasa/>. Acesso em: 28 jul. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.snis.gov.br/>. Acesso em: 28 jul. 2025.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Políticas Públicas e Infraestrutura no Novo Marco do Saneamento. Brasília, DF: IPEA, 2022. Texto para Discussão nº 2812. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/>. Acesso em: 28 jul. 2025.

PINHEIRO, Armando Castelar; CAVALCANTI, Tiago de Souza. Project finance e o investimento em infraestrutura no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2020. Texto para Discussão nº 2673. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2673.pdf. Acesso em: 28 jul. 2025.

SABESP – COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Relatório de Sustentabilidade 2023. São Paulo: SABESP, 2023. Disponível em: <https://www.sabesp.com.br/>. Acesso em: 28 jul. 2025.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística – SEMIL. Universaliza SP: Instrumentos de Governança e Planejamento Operacional. São Paulo: SEMIL, 2024. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br>. Acesso em: 28 jul. 2025.

WORLD BANK. Public-Private Partnerships Reference Guide. Version 3.0. Washington, D.C.: World Bank Group, 2017. Disponível em: <https://ppp.worldbank.org/public-private-partnership/library/public-private-partnerships-reference-guide-version-3>. Acesso em: 28 jul. 2025.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Water, Sanitation and Hygiene: The Global Status Report 2019. Geneva: WHO, 2019. Disponível em: https://www.who.int/water_sanitation_health/. Acesso em: 28 jul. 2025.